

31. A DISSECÇÃO DA PERSONALIDADE PSÍQUICA*

Senhoras e senhores: Sei que conhecem a importância que tem o ponto de partida em suas próprias relações, sejam elas com pessoas ou com coisas. Foi assim também com a psicanálise: fez diferença, para o desenvolvimento que teve e a recepção que encontrou, que ela tivesse começado seu trabalho com o sintoma, aquilo que na psique é mais alheio ao Eu. O sintoma vem do reprimido, é como que o representante dele ante o Eu, mas o reprimido é, para o Eu, terra estrangeira, terra estrangeira interior, assim como a realidade — permitam-me a expressão insólita — é terra estrangeira exterior. Partindo do sintoma, o caminho nos levou ao inconsciente, à vida instintual, à sexualidade, foi a época em que a psicanálise teve de ouvir as engenhosas objeções de que o homem não é apenas um ser sexual, de que também conhece impulsos mais nobres, mais elevados. Poderiam ter acrescentado que, exaltado pela consciência desses sublimes impulsos, ele frequentemente se arroga o direito de pensar absurdos e negligenciar fatos.

* Preferiu-se “dissecção” para verter o substantivo *Zerlegung*, cujo verbo cognato, *zerlegen*, significa “decompor, desmontar, desintegrar, analisar”. Essas várias nuances de sentido se refletem nas versões estrangeiras consultadas, que recorrem a: *dissección*, *descomposición*, *composizione*, *anatomy*, *dissection*, *analysis*, *ontleding* [“dissecção” ou “análise”].

Vocês sabem mais coisas; desde o início sustentamos que o ser humano adoece graças ao conflito entre as exigências da vida instintual e a resistência que nele se estabelece contra elas, e em nenhum instante esquecemos essa instância que resiste, rechaça, reprime, que imaginamos dotada de suas forças particulares, os instintos do Eu, e que coincide justamente com o Eu da psicologia popular. No entanto, dado o laborioso progresso do trabalho científico, também a psicanálise não pôde estudar simultaneamente todos os campos e manifestar-se de uma só vez sobre todos os problemas. Por fim, avançamos de modo a poder afastar nossa atenção do reprimido e voltá-la para o repressor, e achamo-nos diante desse Eu, que parecia ser tão evidente, com a segura expectativa de também ali achar coisas para as quais não podíamos estar preparados; mas não foi fácil encontrar o acesso inicial a ele. É a respeito disso que hoje pretendo lhes falar.

Mas devo manifestar a suspeita de que esta minha exposição da psicologia do Eu lhes produzirá um efeito diverso daquele da introdução ao mundo psíquico subterrâneo, que a precedeu. Não sei dizer com segurança por que isso deve ser assim. Primeiramente pensei que achariam que antes lhes relatei sobretudo fatos, embora estranhos e peculiares, enquanto agora ouvirão principalmente concepções, ou seja, especulações. Mas não é isso; refletindo melhor, devo dizer que o montante de elaboração intelectual do material concreto, em nossa psicologia do Eu, não é maior que na psicologia da neurose. Tive de rejeitar outras motivações possíveis para

minha ideia inicial; agora creio que isso está relacionado, de algum modo, à natureza do material mesmo e à nossa falta de costume em lidar com ele. De toda forma, não me surpreenderei se vocês se mostrarem ainda mais reservados e cautelosos do que antes.

A situação em que nos achamos no início de nossa pesquisa deve nos indicar ela mesma o caminho. Queremos fazer do Eu, o nosso próprio Eu, o objeto de nossa pesquisa. Mas pode-se fazer isso? Afinal, o Eu é o sujeito por excelência, como pode tornar-se objeto? Ora, não há dúvida de que isso é possível. O Eu pode tomar a si mesmo por objeto, tratar a si mesmo como a outros objetos, observar-se, criticar-se, e fazer sabe Deus mais o que consigo mesmo. Nisso, uma parte do Eu contrapõe-se ao resto. Portanto, o Eu é divisível, ele se divide durante várias de suas funções, ao menos provisoriamente. Suas partes podem unir-se novamente depois. Isso não é propriamente novidade, talvez seja uma ênfase pouco habitual em coisas geralmente conhecidas. Por outro lado, achamo-nos familiarizados com a noção de que a patologia, na medida em que aumenta e torna mais grosseira, pode chamar a atenção para condições normais que de outra maneira não perceberíamos. Ali onde ela nos mostra uma ruptura ou uma fenda pode haver normalmente uma articulação. Se lançamos um cristal ao chão, ele se quebra, mas não arbitrariamente; ele se parte conforme suas linhas de separação, em fragmentos cuja delimitação, embora invisível, é predefinida pela estrutura do cristal. Os doentes mentais

são estruturas assim, fendidas e despedaçadas. Também não podemos lhes negar um tanto do temor reverencial que os povos antigos demonstravam para com os loucos. Eles deram as costas à realidade externa, mas justamente por causa disso sabem mais da realidade interna, psíquica, e podem nos revelar coisas que de outro modo nos seriam inacessíveis. A respeito de um grupo desses doentes afirmamos que sofrem de delírio de ser observado. Queixam-se de ser importunados incessantemente, até nos atos mais íntimos, pela observação da parte de poderes desconhecidos, provavelmente pessoas, e têm alucinações em que ouvem tais pessoas enunciarem o resultado de sua observação: "Agora ele vai dizer isso, agora ele se veste para sair" etc. Tal observação não é o mesmo que uma perseguição, mas não está longe disso, pressupõe que as pessoas desconfiam deles, que esperam flagrá-los em ações proibidas, pelas quais devem ser castigados. Como seria se esses loucos tivessem razão, se em todos nós houvesse uma tal instância no Eu, observadora e punitiva, que neles apenas tivesse separado agudamente do Eu e sido deslocada erradamente para a realidade externa?

Não sei se com vocês sucede o mesmo que comigo. Desde que, sob a forte impressão desse quadro clínico, tive a ideia de que a separação de uma instância observadora do resto do Eu poderia ser um traço regular da estrutura do Eu, essa ideia não me abandonou mais e fui impelido a investigar as demais características e relações dessa instância assim segregada. O passo seguinte logo foi dado. O teor do delírio de ser observado já leva

a crer que a observação é apenas um preparativo para o julgamento e a punição, e assim nos apercebemos de que uma outra função dessa instância deve ser aquilo que chamamos de nossa consciência.* Não parece haver, em nós, algo mais que separamos regularmente do nosso Eu e a ele contrapomos tão facilmente como a nossa consciência. Sinto uma inclinação para fazer algo que promete me dar prazer, mas não o faço, argumentando que minha consciência não o permite. Ou deixo que a enorme expectativa de prazer me leve a fazer algo contra o qual a voz da consciência levanta objeção, e depois do ato minha consciência me pune com dolorosas recriminações, levando-me a sentir arrependimento pelo ato. Eu poderia simplesmente dizer que a instância especial que começo a distinguir no Eu é a consciência, mas é mais prudente conservar essa instância como algo independente e supor que a consciência seja uma de suas funções, e a auto-observação, indispensável como pressuposto para a atividade judicativa da consciência, seja outra. E, como é próprio do reconhecimento de uma existência distinta dar à coisa um nome próprio, passarei a designar essa instância do Eu como o "Super-eu".

Nesse momento estou preparado para ouvi-los perguntar, ironicamente, se nossa psicologia do Eu

* "Consciência": *Gewissen*, ou "consciência moral"; em alemão há uma outra palavra para designar o estado da consciência, *Bewußtsein*. Na mesma frase, usamos o verbo "aperceber-se" para traduzir *erraten*, para o qual não existe equivalente exato em português, e que os dicionários bilingües costumam verter por "adivinhar, adivinar, acertar, descobrir, decifrar".

resume-se apenas a tomar literalmente e tornar mais grosseiras as abstrações comuns, a transformá-las de conceitos em coisas, algo com que não se ganharia muito. E respondo que na psicologia do Eu é difícil evitar o que é geralmente conhecido; trata-se antes de concepções e arrumações novas que de novas descobertas. Logo, não lhes peço que abandonem sua atitude crítica, mas que aguardem os desenvolvimentos seguintes. Os fatos da patologia dão a nossos esforços um pano de fundo que vocês buscariam em vão na psicologia popular. Prossigo, então. Mal nos familiarizarmos com a ideia de um tal Super-eu, que goza de certa autonomia, persegue seus próprios objetivos e possui energia independente do Eu, chama-nos a atenção um quadro patológico que ilustra muito bem a severidade, a crueldade mesmo dessa instância e as suas cambiantes relações com o Eu. Refiro-me ao estado de melancolia, mais precisamente ao surto de melancolia, do qual também vocês já ouviram falar, ainda que não sejam psiquiatras. Nesse transtorno, de cujas causas e mecanismo sabemos muito pouco, a característica mais saliente é a maneira como o Super-eu — a "consciência [moral]", vocês podem dizer — trata o Eu. Enquanto, em épocas sadias, o melancólico pode ser mais ou menos severo consigo mesmo, como qualquer pessoa, no surto melancólico o Super-eu torna-se rigoroso demais, xinga, humilha e maltrata o pobre Eu, ameaça-o com os mais duros castigos, recrimina-o por atos passados, que na época não foram levados a sério, como se durante todo o intervalo houvesse juntado

acusações e esperasse apenas seu fortalecimento atual para apresentá-las e, com base nelas, fazer a condenação. O Super-eu aplica o mais rigoroso critério moral ao Eu abandonado à sua mercê, representa mesmo as exigências da moralidade, e logo notamos que o nosso sentimento de culpa é expressão da tensão entre Eu e Super-eu. É uma notável experiência ver, como um fenómeno periódico, a moralidade, supostamente dada por Deus e profundamente arraigada em nós. Pois sucede que após alguns meses todo aquele alvoroço moral desaparece, a crítica do Super-eu silencia, o Eu é reabilitado e goza novamente de todos os direitos até o próximo surto. E em certas formas da doença ocorre o oposto nos intervalos; o Eu se acha num estado de venturosa embriaguez, triunfante, como se o Super-eu tivesse perdido toda a força ou se fundido com o Eu, e este Eu liberado, maníaco permite-se realmente a franca satisfação de todos os seus apetites. Eventos pródigos em enigmas não resolvidos!

Sem dúvida vocês esperarão mais do que uma simples ilustração, se lhes digo que aprendemos muitas coisas sobre a gênese da consciência. Apoiando-se numa conhecida frase de Kant, que justapõe a consciência [moral] dentro de nós e o céu estrelado, um homem religioso poderia ser tentado a venerar essas duas coisas como as obras-primas da Criação. As estrelas são magníficas, sem dúvida, mas quanto à consciência [moral] Deus fez uma obra desigual e descuidada, pois a maioria dos homens a tem numa medida bastante modesta, ou até insuficiente para que seja mencionada. Não

desconhecemos o quê de verdade psicológica existente na afirmação de que a consciência [moral] é de origem divina, mas isso requer interpretação. Se a consciência é algo “dentro de nós”, não o é desde o início. Nisso forma um verdadeiro contraste com a vida sexual, que desde o começo da vida está presente, não é acrescentada depois. Mas o bebê é notoriamente amoral, não tem inibições internas para seus impulsos que buscam o prazer. O papel que o Super-eu virá a assumir é desempenhado primeiramente por um poder externo, pela autoridade parental. A influência dos pais governa a criança concedendo-lhe provas de amor e ameaças de castigo, que atestam a perda do amor e são temidos por si mesmos. Essa angústia realista é precursora da posterior angústia moral; enquanto ela vigora, não precisamos falar de Super-eu e de consciência moral. Apenas mais tarde se cria a situação secundária que nos dispomos demasiado prontamente a ver como normal, em que o obstáculo externo é internalizado, em que o Super-eu toma o lugar da instância parental e então observa, dirige e ameaça o Eu, exatamente como os pais faziam com a criança.

Mas o Super-eu, que dessa forma assume o poder, a função e até os métodos da instância parental, é não apenas sucessor, mas também legítimo herdeiro desta. Ele se origina diretamente dela, logo veremos por qual processo. Primeiro devemos lidar com uma discrepância entre os dois. O Super-eu parece ter tomado, unilateralmente, apenas a dureza e severidade dos pais, sua função punitiva e proibidora, mas sua amorosa solici-

tude não tem continuação. Se os pais exerceram de fato um regime severo, acreditamos ser compreensível que também na criança se desenvolvesse um Super-eu severo, mas a experiência mostra, contrariando nossa expectativa, que o Super-eu pode adquirir a mesma implacável dureza quando a educação foi branda e bondosa, evidenciando ao máximo os castigos e ameaças. Retornaremos a essa contradição, quando abordarmos as transformações do instinto durante a formação do Super-eu.

Sobre a mudança da instância parental em Super-eu não sei lhes dizer tanto quanto gostaria, em parte porque esse processo é tão complicado que sua exposição não cabe nos limites de uma introdução, tal como aqui lhes ofereço, e, por outro lado, porque não cremos nós mesmos havê-lo compreendido inteiramente. Queiram satisfazer-se, portanto, com o seguinte esboço. A base deste processo é o que se chama de "identificação", isto é, o assemlhamento de um Eu a outro, em que o primeiro Eu se comporta como o outro em determinados aspectos, imita-o, de certo modo o assimila. A identificação já foi comparada, não sem razão, à incorporação oral, canibalesca, da outra pessoa. É uma forma muito importante de ligação com outro alguém, provavelmente a mais primordial; não é a mesma que a escolha de objeto. Pode-se exprimir assim a diferença: quando o menino se identifica com o pai, ele quer *ser* como o pai; quando o faz objeto de sua escolha, ele quer *tê-lo*, possuí-lo; no primeiro caso seu Eu é modificado segundo o modelo do pai, no segundo isto não é necessário. Identificação e escolha de objeto são, em larga

medida, independentes uma da outra; mas é possível alguém se identificar com a mesma pessoa que tomou por objeto sexual, mudar seu Eu segundo ela. Diz-se que a influência exercida no Eu pelo objeto sexual é particularmente frequente nas mulheres e algo característico da feminilidade. Na primeira série de conferências devo ter lhes falado sobre aquela que é, de longe, a mais instrutiva relação entre identificação e escolha de objeto. É facilmente observada tanto em crianças como em adultos, em pessoas normais e pessoas doentes. Quando alguém perdeu ou teve de abandonar um objeto, com frequência compensa isso identificando-se com ele, instaurando-o novamente dentro de seu Eu, de modo que a escolha de objeto como que regride à identificação nesse caso.

Eu próprio não estou satisfeito com essas observações sobre a identificação, mas bastará que vocês me concedam que a instauração do Super-eu pode ser vista como um caso bem-sucedido de identificação com a instância parental. O fato decisivo para essa concepção é que essa nova criação de uma instância superior no Eu se acha intimamente ligada ao destino do complexo de Édipo, de modo que o Super-eu aparece como herdeiro dessa ligação afetiva tão importante na infância. Entendemos que com a cessação do complexo de Édipo a criança teve de renunciar aos intensos investimentos de objeto que fez nos pais, e como compensação por essa perda de objeto são bastante fortalecidas as identificações com os pais que provavelmente existiam há muito no seu Eu. Tais identificações, enquanto preci-

pitados* de investimentos objetos abandonados, repetir-se-ão depois frequentemente na vida da criança, mas está inteiramente de acordo com o valor afetivo desse primeiro exemplo de tal transformação que o seu resultado venha a ter uma posição especial no Eu. O aprofundamento da investigação nos ensina também que o Super-eu é prejudicado na força e no desenvolvimento, quando a superação do complexo de Édipo não é inteiramente conseguida. No curso do desenvolvimento, o Super-eu acolhe também as influências das pessoas que tomaram o lugar dos pais, ou seja, de educadores, mestres, modelos ideais. Em geral ele distancia-se crescentemente dos pais originais, tornando-se mais impessoal, por assim dizer. Não esqueçamos também que a criança estima diferentemente os pais, conforme as diferentes épocas de sua vida. No tempo em que o complexo de Édipo dá lugar ao Super-eu eles são algo formidável, depois perdem muito. Então ocorrem também identificações, elas inclusive contribuem grandemente para a formação do caráter, mas então afetam apenas o Eu, já não influem no Super-eu, que foi determinado pelas primeiras imagens parentais.

Espero que já percebam que nossa postulação de um Super-eu descreve de fato uma relação estrutural,

* "Precipitados": *Niederschläge*. Nossa tradução é literal, mas cabe lembrar que, diferentemente do português, o termo alemão também é usado figuradamente, com o sentido de "resultado, fruto, expressão" (segundo o *Diccionario de las lenguas española y alemana*, de Slaby, Grossmann e Illig, Wiesbaden: Brandstetter, 4a ed., 1989). Nas versões estrangeiras consultadas achamos: *resíduos, precipitados, sedimenti, precipitates*, idem, *remnants, neerslagen*.

não personifica simplesmente uma abstração como a da consciência moral. Temos ainda a mencionar uma importante função que atribuímos a este Super-eu. Ele é também o portador do ideal do Eu, pelo qual o Eu se mede, o qual busca igualar, e cuja demanda por uma perfeição cada vez maior ele se empenha em satisfazer. Sem dúvida, esse ideal do Eu é o precipitado da velha ideia que a criança tinha dos pais, a expressão da admiração de quem os considerava perfeitos.

Sei que ouviram falar muito do sentimento de inferioridade que caracterizaria justamente os neuróticos. Ele aparece principalmente nas chamadas "belas letras". Um autor que utiliza a expressão "complexo de inferioridade" acredita, desse modo, satisfazer todas as exigências da psicanálise e elevar sua exposição a um mais alto nível psicológico. Na realidade, tal expressão quase não se usa na psicanálise. Não significa, para nós, algo que seja simples, muito menos elementar. Relacioná-lo à autopercepção de eventuais atrofias de órgãos, como gosta de fazer a escola que chamam de "psicologia individual", parece-nos um equívoco estreito. O sentimento de inferioridade tem fortes raízes eróticas. A criança sente-se inferior ao notar que não é amada, e assim também o adulto. O único órgão realmente considerado inferior é o pênis atrofiado, o clitóris da garota. A parte principal do sentimento de inferioridade, no entanto, vem da relação do Eu com seu Super-eu, é, tal como o sentimento de culpa, expressão da tensão entre os dois. Sentimento de inferioridade e sentimento de culpa são dificilmen-

te separáveis. Talvez seja pertinente ver no primeiro a complementação erótica do sentimento de inferioridade moral. Na psicanálise demos pouca atenção a esse problema da delimitação dos dois conceitos.

Justamente porque o complexo de inferioridade tornou-se tão popular, permito-me entretê-los com uma breve digressão neste ponto. Um personagem histórico de nosso tempo, que ainda vive, agora retirado, tem um defeito num dos seus membros, consequência de uma lesão sofrida no nascimento. Um conhecido autor contemporâneo, que se dedicou a biografias de pessoas eminentes, também abordou a vida desse homem a quem me refiro.* Pode ser difícil, ao escrever uma biografia, suprimir a necessidade de aprofundamento psicológico. Por isso este nosso autor se aventurou a basear toda a evolução do caráter do herói no sentimento de inferioridade que o defeito físico despertava. Nisso ele ignorou um fato pequeno, mas não insignificante. Geralmente ocorre que uma mãe a quem o destino deu um filho doente, ou de algum modo deficiente, procure compensá-lo por essa injusta desvantagem com amor em abundância. No caso de que falamos, a orgulhosa mãe agiu de outra forma: ela subtraiu ao filho seu amor, por conta daquele defeito. Quando o filho se transformou num homem poderoso, seus atos demonstraram inequivocamente que não perdoava a mãe. Ao considerar a importância do amor materno para a vida psíquica de

* Freud se refere à biografia do imperador alemão Guilherme II, publicada por Emil Ludwig em 1926.

uma criança, vocês deverão corrigir mentalmente a teoria de inferioridade do biógrafo.

Voltemos agora ao Super-eu. Atribuímos a ele a auto-observação, a consciência moral e a função de ideal. Do que dissemos sobre sua gênese resulta que ele tem, como pressupostos, um fato biológico importantíssimo e um fato psicológico pleno de consequências: a longa dependência que a criança tem dos pais e o complexo de Édipo, ambos intimamente relacionados. Para nós, o Super-eu é o representante de todo limite moral, o advogado do anseio por perfeição, em suma, aquilo que pudemos apreender psicologicamente do aspecto dito elevado da vida humana. Como ele próprio remonta à influência dos pais, educadores etc., sua importância ficará mais clara se nos voltarmos para essas fontes. Via de regra, os pais e autoridades análogas seguem, na educação da criança, os preceitos do seu próprio Super-eu. Não importando como o seu Eu tenha se arranjado com seu Super-eu, na educação da criança eles são rigorosos e exigentes. Esqueceram as dificuldades de sua própria infância, estão satisfeitos de poder identificar-se totalmente com os próprios pais, que a seu tempo lhes impuseram essas duras restrições. De modo que o Super-eu da criança é construído não segundo o modelo dos pais, mas do Super-eu dos pais; preenche-se com o mesmo conteúdo, torna-se veículo da tradição, de todos os constantes valores que assim se propagaram de geração a geração. Vocês já percebem que importante ajuda a consideração do Super-eu pode fornecer para o

entendimento da conduta social humana — por exemplo, a questão da delinquência — e talvez também que sugestões práticas dela resultam para a educação. Provavelmente as concepções históricas chamadas de materialistas pecam por subestimar esse fator. Elas o põem de lado com a observação de que as “ideologias” dos homens nada mais são que produto e superestrutura de suas relações econômicas atuais. Isso é verdade, mas muito provavelmente não é toda a verdade. A humanidade nunca vive inteiramente no presente; o passado, a tradição da raça e do povo prossegue vivendo nas ideologias do Super-eu, apenas muito lentamente cede às influências do presente, às novas mudanças, e, na medida em que atua através do Super-eu, desempenha um grande papel na vida humana, independentemente das condições econômicas.

Em 1921 busquei aplicar a distinção entre Eu e Super-eu ao estudo da psicologia das massas. Cheguei a uma fórmula assim: uma massa psicológica é uma junção de indivíduos que introduziram a mesma pessoa em seu Super-eu e, com base nesse elemento em comum, identificaram-se uns com os outros em seu Eu. Naturalmente ela vale apenas para massas que têm um líder. Se tivéssemos mais aplicações desse tipo, a hipótese do Super-eu perderia o quê de estranheza que ainda tem para nós, e nos livrariamos totalmente do embaraço que nos sobrevém quando, acostumados à atmosfera do mundo subterrâneo, movemo-nos nas camadas mais superficiais, mais elevadas do aparelho psíquico. Obviamente não acreditamos que, ao diferenciar o Super-

-eu, falamos a última palavra sobre a psicologia do Eu. Trata-se, isto sim, de um primeiro passo, mas neste caso não apenas o começo é difícil.

Agora nos aguarda um outro problema, na extremidade oposta do Eu, por assim dizer. Ele nos é apresentado por uma observação feita no trabalho analítico, uma observação bem antiga, na verdade. Como não raro acontece, foi necessário muito tempo até nos resolvermos a apreciá-lo. Como sabem, toda a teoria psicanalítica se acha realmente construída sobre a percepção da resistência que o paciente oferece, em nossa tentativa de tornar-lhe consciente o seu inconsciente. O sinal objetivo da resistência é suas ideias espontâneas não aparecem ou se afastam muito do tema tratado. Ele também pode reconhecer subjetivamente a resistência no fato de ter sentimentos dolorosos ao se aproximar do tema. Mas esse último sinal pode estar ausente. Então dizemos ao paciente que deduzimos, da sua conduta, que ele agora está em resistência, e ele responde que nada sabe, que nota apenas que as ideias espontâneas se tornam mais difíceis. Revela-se que estávamos certos, mas sua resistência também era inconsciente, tão inconsciente quanto o elemento reprimido em cuja remoção trabalhávamos. Há muito deveria ter sido lançada esta pergunta: de que parte da sua psique vem uma tal resistência inconsciente? O iniciante na psicanálise tem a resposta à mão: é justamente a resistência do inconsciente. Uma resposta ambígua e sem utilidade! Se com isso ele quer dizer que a resistência vem do reprimido, temos de replicar:

certamente não! Ao reprimido devemos atribuir antes um forte impulso para cima, um ímpeto para chegar à consciência. A resistência pode apenas ser expressão do Eu, que a seu tempo efetuou a repressão e agora quer mantê-la. Esta sempre foi nossa concepção. Desde que supomos uma instância especial no Eu que representa as exigências limitadoras e afastadoras, o Super-eu, podemos dizer que a repressão é obra desse Super-eu, que a realiza ele próprio ou encarrega o Eu de fazê-la. Se então ocorre que a repressão não se torna consciente para o paciente na análise, isto significa que o Super-eu e o Eu trabalham inconscientemente em situações muito importantes ou, o que seria mais significativo ainda, que partes de ambos, do Eu e do Super-eu, são inconscientes. Nos dois casos temos de considerar a desagradável percepção de que (Super-) Eu e consciente, de um lado, e reprimido e inconsciente, do outro lado, de maneira nenhuma coincidem.

Senhoras e senhores: Necessito fazer uma pausa para respirar, que também para vocês será um alívio, e desculpar-me antes de prosseguir. Ofereço-lhes complementos a uma introdução à psicanálise que iniciei quinze anos atrás, e tenho de agir como se também vocês, nesse meio-tempo, tivessem se ocupado apenas de psicanálise. Sei que é uma pretensão indevida, mas não tenho escolha. Isto se relaciona ao fato de ser muito difícil dar uma visão da psicanálise para quem não é psicanalista. Acreditem: não gostamos de dar a impressão de ser uma sociedade secreta e praticar uma

ciência oculta. Mas tivemos de perceber, e proclamar como nossa convicção, que ninguém tem o direito de intervir numa discussão da psicanálise se não adquiriu determinadas experiências, que apenas mediante a própria análise podem ser adquiridas. Quando proferi minhas conferências, quinze anos atrás, busquei poupar-lhes certos trechos especulativos de nossa teoria, mas justamente a eles é que se ligam as novidades de que falarei hoje.

Retornando ao nosso tema. Ante a dúvida se o Eu e o Super-eu são eles próprios inconscientes ou se apenas produzem efeitos inconscientes, decidimo-nos, com boas razões, pela primeira possibilidade. Sim, grandes porções do Eu e do Super-eu podem permanecer inconscientes, são normalmente inconscientes. Ou seja, a pessoa nada sabe de seus conteúdos, e é preciso despende algum esforço para torná-la consciente deles. É fato que Eu e consciente, reprimido e inconsciente não coincidem. Sentimos necessidade de revisar profundamente nossa atitude ante o problema consciente-inconsciente. Primeiro nos inclinamos a diminuir o valor do critério de ser consciente, já que ele mostrou não ser confiável. Mas aí estaríamos sendo injustos. Ele é como a vida: não vale muito, mas é o que temos. Sem a luz da característica de ser consciente, estaríamos perdidos na escurecimento da psicologia profunda; mas podemos tentar uma outra orientação.

Aquilo que deve ser chamado de consciente não precisamos discutir, está fora de qualquer dúvida. O

mais antigo e melhor significado da palavra “inconsciente” é o descritivo; chamamos de inconsciente um processo psíquico cuja existência temos de supor, por que o inferimos, digamos, de seus efeitos, mas do qual nada sabemos. Então temos com ele a mesma relação que temos com um processo psíquico em outra pessoa, exceto que é justamente em nossa pessoa. Para sermos ainda mais precisos, modificaremos da seguinte forma o enunciado: chamamos um processo de inconsciente quando temos de supor que *no momento* ele está ativado, embora *no momento* nada saibamos dele. Essa limitação nos faz refletir que a maioria dos processos conscientes é consciente por não muito tempo; logo eles se tornam *latentes*, mas podem facilmente se tornar conscientes de novo. Poderíamos também dizer que se tornaram inconscientes, se for certo que no estado de latência eles ainda são algo psíquico. Até esse ponto nada teríamos verificado de novo, nem teríamos conquistado o direito de introduzir o conceito de inconsciente na psicologia. Mas então vem o que já pudemos observar nos atos falhos. Vemo-nos obrigados a supor, para explicar um lapso de fala, que havia se formado a intenção de dizer algo. Nós a percebemos com segurança* devido à perturbação ocorrida na fala, mas ela

* “Percebemos com segurança”: *wir erraten mit Sicherheit*; novamente o problemático verbo *erraten*, aqui traduzido como “perceber” (no sentido de “captar com a inteligência, formar ideia a respeito”). As versões consultadas empregam: *adivinamos* [omissão do advérbio], *colegimos con certeza*, *indoviniamo con certeza*, *inferir it with certainty*, *work out for certain*, *met sekerheid raden*; cf. nota à p. 196.

não se realizou, era inconsciente, portanto. Se depois a expomos à pessoa que fala, esta pode reconhecê-la como uma intenção familiar, então era apenas temporariamente inconsciente, ou negá-la como sendo desconhecida, então era duradouramente inconsciente. Dessa experiência tiramos, retrospectivamente, o direito de também proclamar como algo inconsciente o que foi designado como latente. A consideração dessas relações dinâmicas nos permite agora distinguir dois tipos de inconsciente: um que facilmente, em condições amígdas produzidas, transforma-se em consciente, e outro no qual esta mudança ocorre dificilmente, só com notável esforço, talvez nunca. Para evitar a ambiguidade, a dúvida de a qual dos dois inconscientes nos referimos, se utilizamos a palavra no sentido descritivo ou no dinâmico, utilizamos um expediente lícito e simples. Ao inconsciente que é tão só latente e, portanto, torna-se facilmente consciente chamamos “pré-consciente”, mantendo a designação de “inconsciente” para o outro. Possuímos então três termos: consciente, pré-consciente e inconsciente, com os quais podemos nos haver na descrição dos fenômenos psíquicos. Repetindo, em termos apenas descritivos também o pré-consciente é inconsciente, mas não o designamos assim, exceto ao falar de maneira menos rigorosa, ou quando temos que defender a existência de processos inconscientes em geral na psique.

Vocês me concederão, espero, que até o momento as coisas vão indo e podemos lidar confortavelmente com elas. Mas, infelizmente, o trabalho psicanalítico

viu-se obrigado a usar o termo “inconsciente” num terceiro sentido, e isso pode ter criado confusão. Sob a impressão nova e poderosa de que um âmbito vasto e importante da psique é normalmente subtraído ao conhecimento do Eu, de modo que os processos ali dentro devem ser tidos como inconscientes no exato sentido dinâmico, entendemos a palavra “inconsciente” também num sentido sistemático ou topográfico, falamos de um sistema do pré-consciente e do inconsciente, de um conflito do Eu com o sistema Ics, tomando a palavra cada vez mais para designar uma província psíquica, em vez de um atributo do psíquico. A descoberta — realmente incômoda — de que também parcelas do Eu e do Super-eu são inconscientes no sentido dinâmico, tem aqui um efeito facilitador, permite-nos afastar uma complicação. Vemos que não é lícito chamarmos o âmbito psíquico alheio ao Eu de sistema Ics, pois o estado de inconsciência não é característica exclusiva dele. Muito bem, não mais usaremos “inconsciente” no sentido sistêmico, e daremos ao que até aqui foi designado assim um nome melhor, que não mais se preste a equívocos. Acompanhando o uso de Nietzsche, e seguindo sugestão de Georg Groddeck,* passaremos a chamá-lo de Id [Es]. Esse pronome pessoal parece particularmente adequado para exprimir a principal característica dessa província mental, o fato de ser alheia ao Eu. Super-eu,

* Cf. Nietzsche, op. cit., § 17 e nota 49 do tradutor; Groddeck, *Das Buch vom Es* (1921; ed. bras.: *O livro do Isso*. São Paulo: Perspectiva, 1987, trad. Teixeira Coelho).

Eu e Id* são os três reinos, âmbitos, províncias em que decompomos o aparelho psíquico da pessoa, e das relações entre eles nos ocuparemos em seguida.

* Adotamos Eu, Super-eu e Id para *Ich*, *Überich* e *Es* nesta tradução das obras de Freud. Há quem ainda prefira as formas latinas *ego* e *superego* para as duas primeiras instâncias da psique, tomadas da edição *Standard* inglesa — da qual foi traduzida a *Standard* brasileira, como se sabe — e desde então popularizadas entre nós. Mas este tradutor não consegue verter o simples e correto nome alemão da primeira pessoa do singular por um termo latino. Outro é o caso do pronome *es*, cujo equivalente mais próximo em português — *isso* — não tem a mesma amplitude de significado e, a nosso ver, ainda ficaria artificial (o Isso, *O Eu e o Isso*...), embora tenha sido empregado na versão do livro de Georg Groddeck. A solução vislumbrada foi adotar o *id* latino, recordando que os italianos, em sua bela edição das obras completas (*Opere*. Turim: Boringhieri, 12 v., 1966-80, direção de C. L. Musatti, vários tradutores), mantiveram o termo alemão *es* ao lado de *io* e *super-io*. Para os franceses a dificuldade foi menor, pois seu pronome *ça* é bem mais empregado — ou seja, cobre uma maior gama de sentidos — que o nosso *isso*. Eles utilizam *moi*, *surmoi* e *ça*; e os falantes de espanhol dizem *yo*, *superyo* e *ello*. Nossa solução deixa a desejar, reconhecemos, mas dificilmente alguma outra não deixará. A nova tradução inglesa das *Novas conferências introdutórias*, incluída no volume *An outline of psychoanalysis* (Londres: Penguin, 2003, trad. Helena Ragg-Kirkby) simplesmente conserva os três termos alemães. O mais importante, no caso desse e de outros termos técnicos, é não se perder de vista o que se designa. Como disse Freud numa carta a Groddeck: “Quem reconhece que transferência e resistência são o eixo do tratamento, esse já pertence irremediavelmente ao ‘bando selvagem’ [referência jocosa aos psicanalistas de então]. Não faz diferença que chame o ‘Ics’ de ‘Es’” (em G. Groddeck / S. Freud, *Briefwechsel* [Correspondência]. Wiesbaden: Limes, 1970, p. 20, carta de 5 de junho de 1917).

Mas antes farei um parêntese. Suponho que estejam insatisfeitos com o fato de as três qualidades da consciência e as três províncias do aparelho psíquico não se terem combinado em três pacíficos pares, e que, na sua opinião, isso talvez obscureça nossos resultados. No entanto, acho que não devemos lamentar isso, admitindo para nós mesmos que não temos o direito de esperar uma arrumação tão clara. Deixem-me fazer uma analogia; analogias nada resolvem, é verdade, mas podem fazer com que nos sintamos mais "em casa". Eu imagino um país com paisagem variada, montanhas, planícies e lagos, e com população mista — alemães, magiares e eslovacos, que também exercem diferentes atividades. A distribuição poderia ser assim: nas montanhas habitam os alemães, que são criadores de gado, nas planícies os magiares, que cultivam cereais e vinhas, e junto aos lagos os eslovacos, que apanham peixes e tecem juncos. Se essa divisão fosse tão clara e simples, um Woodrow Wilson se rejubilaria com ela.* Seria ótima também para a aula de geografia. Mas provavelmente vocês acharão menos arrumação e maior mistura se percor-

* Freud era bastante crítico em relação a Thomas Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos entre 1913 e 1921, e um ano antes de redigir estas *Novas conferências* havia colaborado com W. C. Bullitt, embaixador americano em Berlim, num estudo psicológico sobre Wilson. Esse trabalho veio a ser publicado em 1967, numa versão em inglês, mas nele se acha bem pouco do criador da psicanálise — na melhor das hipóteses, apenas a introdução, incluída posteriormente no *Nachtragsband* [Volume suplementar] dos *Gesammelte Werke* (Frankfurt: Fischer, 1987, pp. 686-92).

rerem o país. Alemães, magiares e eslovacos vivem em toda parte, nas montanhas há também áreas cultivadas, nas planícies também se cria gado. Algumas coisas, naturalmente, são como vocês esperavam, pois nas montanhas não se acham peixes, e na água não crescem vinhas. Enfim, a imagem que têm do território pode ser correta em linhas gerais; nos particulares, deverão tolerar as divergências.

À parte o novo nome, não esperem que eu lhes diga muita coisa nova acerca do Id. Ele é a parte obscura e inacessível de nossa personalidade; o pouco que dele sabemos descobrimos no estudo do trabalho do sonho e da formação do sintoma neurótico, e a maior parte disso é de caráter negativo, pode ser descrita somente em contraposição ao Eu. Aproximamo-nos do Id com analogias, chamamo-lo um caos, um caldeirão cheio de excitações fervilhantes. Nós o representamos como sendo aberto em direção ao somático na extremidade, ali acolhendo as necessidades dos instintos, que nele acham expressão psíquica, mas não sabemos dizer em qual substrato. A partir dos instintos ele se enche de energia, mas não tem organização, não introduz uma vontade geral, apenas o esforço de satisfazer as necessidades do instinto observando o princípio do prazer. As leis do pensamento lógico não valem para os processos do Id, sobretudo o princípio da contradição não vale. Impulsos opostos existem um ao lado do outro, sem se cancelarem ou se diminuírem; no máximo convergem em formações de compromisso, sob a dominante coação econômica de descarregar energia. Nada

existe no Id que podemos equiparar à negação, e também constatamos, surpresos, uma exceção à tese filosófica de que tempo e espaço são formas necessárias de nossos atos psíquicos. Nada se acha que corresponda à idéia de tempo, não há reconhecimento de um transcurso temporal e, o que é muito notável e aguarda consideração no pensamento filosófico, não há alteração do evento psíquico pelo transcurso do tempo. Desejos que nunca foram além do Id, mas também impressões que pela repressão afundaram no Id, são virtualmente imortais, comportam-se, após décadas, como se tivessem acabado de surgir. Podem ser reconhecidos como passado, desvalorizados e privados de seu investimento de energia somente quando se tornam conscientes mediante o trabalho analítico, e é nisso que se baseia, em medida nada pequena, o efeito terapêutico do tratamento analítico.

Sempre tive a impressão de que tiramos pouco proveito, para a nossa teoria, desse indubitável fato da imutabilidade do reprimido através do tempo. Isso parece permitir um acesso aos mais profundos vislumbres. Infelizmente, tampouco fiz maiores progressos nesse ponto.

Claro que o Id não conhece juízos de valor, não conhece bem e mal, não conhece moral. O fator econômico — ou quantitativo, se preferirem —, intimamente ligado ao princípio do prazer, governa todos os processos. Investimentos instintuais que exigem descarga, isso é tudo o que há no Id, acreditamos nós. Parece até que a energia desses investimentos instintuais

se encontra num estado diferente daquele de outras regiões psíquicas, que é bem mais móvel e passível de descarga, senão não ocorreriam os deslocamentos e condensações que caracterizam o Id e que não levam absolutamente em consideração a qualidade do que é investido — aquilo que no Eu chamaríamos de ideia. O quanto não daríamos para compreender mais dessas coisas! Vocês notam, aliás, que estamos em condição de indicar outros atributos para o Eu, além do fato de ser consciente, e reconhecem a possibilidade de que partes do Eu e do Super-eu sejam inconscientes sem possuírem as mesmas características primitivas e irracionais. Chegamos mais rapidamente a uma caracterização do Eu, na medida em que pode ser diferenciado do Id e do Super-eu, examinando sua relação com a parte mais externa e superficial do aparelho psíquico, que designamos como sistema Pcp-Cs [perceptivo-consciente]. Esse sistema é voltado para o mundo externo, ele intermedia as percepções deste, e nele surge, durante seu funcionamento, o fenômeno da consciência. É o órgão sensorial de todo o aparelho, receptivo não apenas às excitações que vêm de fora, mas também àquelas do interior da psique. Quase não precisa ser justificada a concepção de que o Eu é aquela parte do Id que foi modificada pela vizinhança e a influência do mundo externo, organizada para o acolhimento dos estímulos e a proteção diante deles, de modo comparável ao estrato cortical que circunda um pequeno monte de substância viva. A relação com o mundo externo tornou-se decisiva para o Eu, ele assumiu a tarefa de

representá-lo junto ao Id, para salvação do Id, que, sem considerar esse ingente poder exterior, não escaparia à destruição, no cego afã da satisfação instintual. Cumprindo essa função, o Eu tem de observar o mundo externo, registrar uma imagem fiel dele nos traços mnemônicos de suas percepções, conservando afastado, mediante o “exame da realidade”, o que nesse quadro do mundo externo for acréscimo oriundo de fontes internas de excitação. Por ordem do Id, o Eu domina os acessos à motilidade, mas entre a necessidade e o ato ele interpõe a dilatação que é o trabalho do pensamento, durante o qual utiliza os traços mnemônicos da experiência. Assim destrona o princípio do prazer, que governa irrestritamente o curso dos processos no Id, e o substitui pelo princípio da realidade, que promete mais segurança e maior sucesso.

Também a relação com o tempo, tão difícil de descrever, é proporcionada ao Eu pelo sistema perceptivo; está quase fora de dúvida que o modo de operar desse sistema dá origem à ideia de tempo. Mas o que diferencia muito especialmente o Eu do Id é uma tendência à síntese dos conteúdos, à combinação e unificação de seus processos psíquicos, que se acha inteiramente ausente no Id. Quando, mais adiante, tratarmos dos instintos na vida psíquica, espero que consigamos relacionar esta característica essencial do Id à sua fonte. Somente ela produz o alto grau de organização que o Eu requer para suas maiores realizações. Ele se desenvolve da percepção dos instintos até o domínio sobre eles, mas este é alcançado apenas pelo fato de a representante do ins-

tinto* ser enquadrada numa unidade maior, ser incluída num contexto. Adotando formas de expressão populares, poderíamos dizer que o Eu representa, na vida psíquica, a razão e a prudência, e o Id, as paixões irrefreadas.

Até aqui nos deixamos impressionar pelos méritos e capacidades do Eu; é tempo de considerar o reverso da medalha. O Eu, afinal, é apenas uma parte do Id, uma parte modificada, adequadamente, pela influência do ameaçador mundo exterior. Sob o aspecto dinâmico ele é fraco, tomou suas energias emprestadas ao Id, e não ignoramos inteiramente os métodos — pode-se dizer: os truques — com os quais ele retira mais energias do Id. Um desses meios é, por exemplo, a identificação com objetos mantidos ou abandonados. Os investimentos objetivos vêm das exigências instintuais do Id. O Eu tem de registrá-las, em primeiro lugar. Mas, ao identificar-se com o objeto, ele se recomenda ao Id no lugar do objeto, procura guiar para si a libido do Id. Já observamos que o Eu, no decorrer da vida, acolhe dentro de si um grande número desses precipitados de antigos investimentos objetivos. No geral, o

* “Representante do instinto”: tradução que aqui se deu a *Triebre-präsentanz* — nas versões estrangeiras consultadas temos: *representación del instinto*, *agencia representante de pulsión*, *rappresentanza [psichica] delle pulsioni*, *mental representative of the instinct*, *[psychical] representative of the instinct*, *repräsentamen (sic) of the drive*, *[psychische] driftrepresentant*; cf. as versões dadas ao mesmo termo em “O inconsciente”, no vol. 12 destas *Obras completas*, p. 125; ver também a discussão sobre ele no capítulo “Vorstellung/idea/representation”, em *As palavras de Freud*, op. cit.

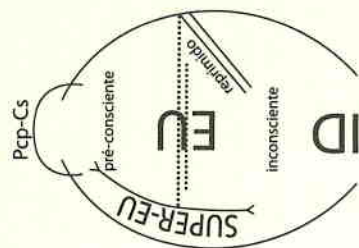
Eu tem de realizar as intenções do Id, ele cumpre sua tarefa quando descobre as circunstâncias em que tais intenções podem ser alcançadas da melhor maneira possível. Pode-se comparar a relação do Eu com o Id àquela do cavaleiro com o cavalo. O cavalo fornece a energia para a locomoção, o cavaleiro tem a prerrogativa de determinar a meta, de dirigir o movimento do forte animal. Mas entre Eu e Id ocorre, frequentemente, a situação nada ideal de o cavaleiro ter de levar o animal aonde este quer mesmo ir.

De uma parte do Id o Eu separou-se mediante resistências da repressão. Mas a repressão não prossegue no Id. O reprimido converge para o restante do Id.

De acordo com um provérbio, não se pode servir a dois senhores ao mesmo tempo. A coisa é ainda mais difícil para o pobre Eu: ele serve a três senhores severos, empenhando-se em harmonizar suas demandas e exigências. Essas demandas sempre divergem, parecem muitas vezes inconciliáveis; não surpreende que o Eu fracasse tanto em sua tarefa. Os três tirânicos senhores são o mundo externo, o Id e o Super-eu. Se acompanharmos os esforços do Eu em atendê-los simultaneamente — melhor dizendo: em obedecer-lhes simultaneamente —, não lamentaremos ter personificado esse Eu, tê-lo apresentado como um ente particular. Ele se sente constrangido de três lados, ameaçado por três tipos de perigos, aos quais, em caso de apuro, reage desenvolvendo angústia. Por sua origem a partir das experiências do sistema perceptivo, ele é destinado a representar as exigências do mundo exterior, mas

também quer ser o fiel servidor do Id, permanecer em sintonia com ele, recomendar-se a ele como objeto, atrair para si a sua libido. Nos esforços de mediação entre o Id e a realidade, muitas vezes é obrigado a revestir os mandamentos *ics* [inconscientes] do Id com suas racionalizações *pcs* [pré-conscientes], a disfarçar os conflitos do Id com a realidade, fazendo crer, com diplomática dissimulação, que leva em consideração a realidade, mesmo quando o Id permanece rígido e inextorável. Por outro lado, o rigoroso Super-eu observa cada um dos seus passos e lhe põe à frente determinadas normas de conduta, sem levar em conta as dificuldades por parte do Id e do mundo externo, punindo-o, em caso de infração, com os tensos sentimentos de inferioridade e de culpa. Desse modo, impellido pelo Id, constrangido pelo Super-eu, rechaçado pela realidade, o Eu luta para levar a cabo sua tarefa econômica de estabelecer a harmonia entre as forças e influências que atuam nele e sobre ele, e compreendemos por que tantas vezes não podemos suprimir a exclamação: “A vida não é fácil!”. Se o Eu é obrigado a admitir sua fraqueza, ele irrompe em angústia: angústia realista ante o mundo externo, angústia de consciência ante o Super-eu, angústia neurótica ante a força das paixões do Id.

Gostaria de representar com um desenho as relações estruturais da personalidade psíquica que acabei de lhes expor, um desenho despretensioso, que aqui lhes ofereço:



Como veem, o Super-eu submerge no Id; enquanto herdeiro do complexo de Édipo, tem íntimas relações com este; acha-se mais distante do sistema perceptivo do que o Eu. O Id lida com o mundo externo apenas através do Eu, ao menos desse esquema. Hoje é certamente difícil afirmar até que ponto o desenho é correto; numa coisa certamente não é. O espaço que toma o Id inconsciente deveria ser incomparavelmente maior que o do Eu ou do pré-consciente. Peço-lhes que corrijam isso mentalmente.

E agora, para finalizar esta exposição certamente cansativa e talvez não muito esclarecedora, mais uma advertência. Nessa distinção da personalidade em Eu, Id e Super-eu vocês não devem imaginar fronteiras definidas, como as traçadas artificialmente na geografia política. Não podemos fazer justiça à peculiaridade do psique mediante contornos nítidos, como no desenho ou na pintura primitiva, mas sim com áreas cromáticas

que se fundem umas nas outras, como nos pintores modernos. Depois de havermos separado, temos que fazer novamente juntar-se o que foi separado. Não julguem demasiado severamente uma primeira tentativa de dar representação gráfica ao psíquico, tão difícil de apreender. É muito provável que o desenvolvimento dessas divisões esteja sujeito a grandes variações em diferentes pessoas; é possível que durante a própria ocorrência elas se transformem e involuam temporariamente. Isto parece ser verdadeiro sobretudo no caso da última e mais delicada filogeneticamente, a diferenciação de Eu e Super-eu. Não há dúvida de que o mesmo pode ser provocado pela doença psíquica. E bem podemos imaginar que certas práticas místicas tenham êxito em alterar as relações normais entre os setores da psique, de modo que a percepção, por exemplo, seja capaz de apreender coisas nas profundezas do Eu e do Id que lhe são inacessíveis de outra forma. Pode-se tranquilamente duvidar, no entanto, que essa via conduza às verdades últimas das quais se espera a salvação. Mas admitimos que os esforços terapêuticos da psicanálise adotaram uma abordagem semelhante. Sua intenção é, realmente, fortalecer o Eu, torná-lo mais independente do Super-eu, ampliar seu âmbito de percepção e melhorar sua organização, de maneira que possa apropriar-se de novas parcelas do Id. Onde era Id, há de ser Eu.

É uma obra cultural como o atero do Zuydersee, digamos.